



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

ATA

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, reuniu pelas dezanove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ponte de Lima, no Auditório Rio Lima, presidida pelo Senhor Professor Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. Período de Antes da Ordem do Dia:** _____

----- A) Apreciação e votação da Ata da sessão anterior (Doc. I) _____

----- B) Leitura do expediente e informações da mesa;

----- C) Informação do Representante dos Presidente de Junta eleito para integrar o XXII Congresso da ANMP (Doc. II) _____

----- D) Outros assuntos de interesse Municipal. _____

----- **2. Período de Intervenção do público.** _____

----- **3. Período da Ordem do Dia:** _____

----- A) Apreciação da **Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município**” (Doc. III) _____

----- B) Discussão e votação da **“Prestação de Contas do ano 2014 e Inventário”** (Doc. IV); _____

----- C) Discussão e votação da **“Primeira revisão ao orçamento e opções do Plano de 2015”** (Doc. V); _____

----- D) Discussão e votação da **“Proposta de Aprovação do Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas”** (Doc. VI); _____

----- E) Discussão do **Relatório da avaliação do ano de 2014 do Estatuto de Oposição** (Doc. VII); _____

----- F) Discussão e votação da **“Proposta de alteração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Refoios do Lima – Aprovação”** (Doc. VIII); _____

----- G) Discussão e votação da **“Proposta de Autorização genérica para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”** (Isenção ou redução de taxas municipais até ao limite de 20.000euros) (Doc. IX). _____

----- Estiveram ausentes e apresentaram pedidos de substituição os Presidentes de Junta de freguesia de Vitorino das Donas, Anais e Gemieira, que se fizeram substituir respetivamente por António Pedro Costa Lima Alves, Pedro João da Costa Cerqueira e Ana Rita dos Santos Matos; e os membros eleitos, Gonçalo Nuno Abreu de Amorim Castilho; Maria da Glória Correia Varajão Alves e Clara Alexandra Magalhães da Rocha. _____

----- Uma vez que se fez registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- **1. Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- A) **Apreciação e votação da Ata da sessão anterior.** Foi aprovada por unanimidade. -----

----- B) **Leitura do expediente e informações da mesa.** A Secretária da Mesa leu o resumo da correspondência recebida entre 07 de fevereiro e 23 abril de 2015. -----

----- C) Intervenção do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Arcozelo, na qualidade de Representante dos Presidentes de Junta, eleito para integrar o XXII Congresso da ANMP, para o relatório da sua participação no referido Congresso. (Doc. 1).-----

----- D) Outros assuntos de interesse Municipal.-----

----- Registaram-se as intervenções dos membros eleitos Alípio Barbosa (M51) (Doc. nº 2), Abel Lopes (CDS-PP) (Doc. nº 3), Mário Ferreira (PSD) (Doc nº 4) António Carlos Matos (PS) e João Castro (CDS-PP) (Doc. nº 5). -----

----- Voto de Pesar da Assembleia Municipal de Ponte de Lima, reunida em sessão ordinária de 24 de abril de 2015, pela morte dos ilustres limianos Padre Manuel Gomes Dias e Coronel Engenheiro Bruno Fritsche Centner Pereira de Castro, exemplos de humanidade e de cidadania. -----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto de pesar. -----

----- A Assembleia Municipal de Ponte de Lima, reunida em sessão ordinária de 24 de abril de 2015 manifestou o seu pesar pela morte do Professor Doutor José Mariano Gago que foi ilustre Ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior de Portugal. -----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto proposto. -----

----- O membro eleito Casimiro Magalhães (M51) (Doc. nº 6) propôs três votos de congratulação: à Associação dos Amigos da Pessoa Especial Limiana, nas pessoas da sua direção, Professora Filomena Palma, Professora Eduarda Vale, Professor Agostinho Sousa, Professora Manuela Marques e Professora Maria João, pela realização de um sonho para Ponte de Lima; ao Arquiteto Limiano Tiago do Vale, pela distinção nos A+ Awards de 2015, e ao Clube Náutico de Ponte de Lima e seus atletas pelos resultados obtidos. -----

----- O membro eleito João Castro (CDS-PP) (Doc. nº 7) propôs um voto de louvor a três cidadãos limianos: Mariano Pires jovem piloto limiano, pelos êxitos alcançados no Campeonato Nacional de Karting; Fábio Caseiro, também jovem piloto limiano, pela conquista do primeiro lugar do campeonato nacional de ralis, na categoria de iniciados, e Tiago Vale, arquiteto limiano, pela distinção alcançada pela *Tiago do Vale Arquitetos* na categoria de Reabilitação arquitetónica. -----

----- Os votos de louvor propostos foram aprovados por unanimidade pela Assembleia Municipal. Dos mesmos será dado conhecimento aos congratulados.-----

----- Registaram-se ainda as intervenções do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

Arcozelo (Doc nº 8), e dos membros eleitos António Carlos Matos (PS) (Doc. nº 9), Sandra Fernandes (CDU) (Doc. nº 10), Alípio Barbosa (M51), Mário Ferreira (PSD); Joaquim Alpoim (M51) (Doc. nº 11), Alípio Matos (PSD) e Rosa Cruz (M51) (Doc. nº 12).-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos tidos por necessários, bem como para se associar aos votos propostos. --

----- O membro eleito Mário Ferreira (PSD) prestou esclarecimentos adicionais. -----

----- Nas intervenções referidas, foram apresentadas duas Propostas de Recomendação; uma pelo membro eleito Mário Ferreira, em representação do Grupo Municipal do PSD, para alteração do atual horário da iluminação pública. Sujeita a votação a proposta de recomendação foi rejeitada com vinte e oito votos contra, com uma declaração de voto anunciada, vinte e seis votos a favor, e seis abstenções. -----

----- O membro eleito Rosa Cruz, em representação do Grupo Municipal Movimento 51, apresentou uma proposta de Recomendação para que a Câmara Municipal dê execução à criação de um espaço de reflexão e debate sobre a problemática da natalidade. Sujeita a votação a proposta foi rejeitada com quarenta e seis votos contra, dez abstenções e quinze votos a favor. -----

----- Sujeita a votação a proposta do Senhor Presidente da Câmara para que a Assembleia Municipal se associasse à Câmara Municipal num voto de agradecimento à família do Coronel Engenheiro Bruno Castro pela dádiva ao concelho, da Bandeira Nacional e do Cornetim trazidos da Guiné Bissau, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- **2. Período de Intervenção do público.** Não se registaram inscrições.-----

----- **3. Período da Ordem do Dia:** -----

----- A) Apreciação da **Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município**” Interveio neste ponto o membro eleito Nuno Matos (PSD) (Doc. nº 13). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. -----

----- B) Discussão e votação da **"Prestação de Contas do ano 2014 e Inventário"** Registaram-se as intervenções dos membros eleitos Alípio Matos (PSD) (Doc. 14), Sandra Fernandes (CDU) (Doc. 15) e Joaquim Rosas (M51). -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou as explicações tidas por necessárias. ----

----- Usou da palavra o membro eleito Alípio Matos (PSD) para defesa da honra, e o membro eleito Joaquim Rosas (M51) para pedido de esclarecimento. -----

----- Votação da alínea b), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **"Prestação de Contas do ano 2014 e Inventário"**. Sujeita a votação foi essa alínea aprovada por maioria, com cinquenta e sete votos a favor, doze abstenções e cinco votos contra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

- C) Discussão e votação da **“Primeira revisão ao orçamento e opções do Plano de 2015”**. Inscreveu-se para intervir neste ponto o membro eleito Alípio Matos (PSD). ----
---- Votação da alínea c), do ponto 3 da Ordem de trabalhos **“Primeira revisão ao orçamento e opções do Plano de 2015”**, Sujeita a votação foi aprovada por maioria com sessenta votos a favor e nove abstenções. ----
- D) Discussão e votação da **“Proposta de Aprovação do Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas”**; A proposta foi introduzida pela técnica da Câmara Municipal, competente para o efeito. ----
---- Inscreveram-se para intervir neste ponto o membro eleito Joaquim Alpoim (M51) (Doc 16) e o Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo. ----
---- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para prestar informações. ----
---- Interveio o membro eleito Joaquim Alpoim (M51) para defesa da honra. ----
---- Votação da alínea d), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **“Proposta de Aprovação do Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas”**, Sujeita a votação a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e três votos a favor, e cinco votos contra. ----
- E) Discussão do **Relatório da avaliação do ano de 2014 do Estatuto de Oposição**; Registou-se a intervenção do membro eleito Alípio Barbosa (M51). ----
---- O senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos tidos por adequados. ----
- F) Discussão e votação da **“Proposta de alteração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Refoios do Lima – Aprovação”**; Interveio neste ponto o membro eleito Casimiro Magalhães (M51) (Doc. 17). ----
---- Votação da alínea f), do ponto 3 da Ordem de trabalhos **“Proposta de alteração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Refoios do Lima – Aprovação”**; Sujeita a votação foi aprovada por maioria com sessenta e três votos a favor e cinco votos contra.
- G) Discussão e votação da **“Proposta de Autorização genérica para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”** (Isenção ou redução de taxas municipais até ao limite de 20.000euros). Inscreveu-se neste ponto o membro eleito Rosa Cruz (M51). ----
---- Votação da alínea g) do ponto 3 da Ordem de Trabalhos **“Proposta de Autorização genérica para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”**, Sujeita a votação a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e três votos a favor e cinco abstenções. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas quinze horas da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa desta Assembleia Municipal. -----

O Presidente _____

A 1.ª Secretária _____

O 2.º Secretário _____

O conteúdo da presente sessão fica registado em suporte digital.

Participação no XXII Congresso da ANMP

O congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), terminou e, aprovou por maioria uma resolução em que defende "um processo de descentralização de competências com carácter universal" e meios para as exercer.

A resolução do XXII Congresso da ANMP propõe "um processo de descentralização de competências com carácter universal, que garanta a todos condições de igualdade, que transfira competências para os municípios mas que, simultaneamente, lhe propicie os meios necessários e suficientes ao exercício desses poderes".

O documento foi aprovado por "esmagadora maioria" dos congressistas, como frisou o presidente da mesa do congresso, Carlos Carreiras (PSD), que foi um dos 62 participantes que se abstiveram na votação da resolução.

Os cinco relatórios temáticos, distribuídos por grupos de trabalhos, realizado por 15 membros da direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), foram aprovados pelos congressistas presentes no Centro de Conferências de Troia, do concelho de Grândola.

1. Autonomia do poder local (Alfredo Monteiro, líder da Assembleia Municipal do Seixal);
2. Políticas sociais locais (Susana Amador, presidente da Câmara de Odivelas);
3. Fundos comunitários (Almeida Henriques, Câmara de Viseu);
4. Financiamento do poder local (José Ribau Esteves, Câmara de Aveiro);
5. O Estado no território (Rui Santos, Câmara de Vila Real)

foram os cinco temas que foram aprofundados pela ANMP e votados na reunião magna dos autarcas.

O congresso aprovou por unanimidade e aclamação os relatórios sobre Autonomia do poder local, Financiamento do poder local e Fundos comunitários. O relatório sobre Políticas sociais e locais foi aprovado por maioria tendo recebido duas abstenções. O documento sobre o Estado no território também contou com algumas abstenções, uma delas foi do presidente da mesa do congresso, Carlos Carreiras.

Dois dos relatórios, o do financiamento do poder local e o do acesso das autarquias aos fundos comunitários estiveram em destaque.

Em relação ao financiamento do poder local, Ribau Esteves, vice-presidente do Conselho Directivo da ANMP defendeu sete propostas consideradas essenciais, incluindo "a reposição do pacote financeiro adequado e necessário à sua gestão e garantindo uma equilibrada e justa repartição dos recursos do Estado pelos seus subsectores na medida proporcional às funções exercidas".

Quanto ao relatório sobre o novo quadro comunitário, ele apresenta, entre outras, críticas à política de cidades do Portugal 2020. Os outros três relatórios

temáticos foram apresentados e defendidos pelos respectivos relatores, no primeiro dia do congresso.

Um deles, sobre *Autonomia do Poder Local*, defende a revisão da maioria das leis relativas ao poder local feitas pelo actual Governo e que as leis sobre municípios passem para a competência legislativa do Parlamento. O relatório resultou de um grupo de trabalho e nele os autarcas defendem a revisão de legislação produzida pelo actual Governo, nomeadamente “o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o regime jurídico do sector empresarial local e das participações locais, bem como as regras relativas à gestão de recursos humanos”. O documento assinala que é preciso “assegurar a revogação da legislação relativa à assunção dos compromissos e pagamentos em atraso”.

Para Alfredo Monteiro (CDU), vice-presidente do Conselho Directivo da ANMP e presidente da Assembleia Municipal do Seixal, é imperiosa “a revisão desta legislação e há absolutamente consenso nesta matéria”. O autarca comunista sublinha, por outro lado, que “é preciso salvaguardar a autonomia” e defende que “o quadro legislativo tem de ser de lei reforçada. Ou seja: estar apenas no seio da Assembleia da República e não sujeito a que em todos os Orçamentos do Estado (OE), avulsamente, através de decreto-lei, saídos directamente do Conselho de Ministros ou através do ministério e às vezes apenas através de portaria, esta vida municipal veja todos os dias um atentado à sua autonomia e aos seus meios e aos seus recursos”.

O autarca referiu que a questão da autonomia das autarquias tem sido diminuída por uma “enorme redução das transferências do Estado”, uma medida que se repercutiu na perda de receitas. “As autarquias perderam em dez anos cerca de 30% dessas transferências, próximo de 1,5 mil milhões de euros, quando ao mesmo tempo – e esta é uma questão crucial –, as receitas do Estado aumentaram” exponencialmente, destacou, mostrando que “isto coloca logo a questão de que a autonomia não está a ser cumprida porque a Constituição estabelece a justa repartição entre o Estado central e as autarquias”.

Os relatórios aprovados, farão parte de um caderno reivindicativos dos autarcas que será em breve apresentado ao Governo e aos partidos políticos. “Estamos em ano de eleições e é importante que os partidos digam, antes de mais, o que pretendem do poder local e que o digam nos seus programas eleitorais”, afirmou o líder da Assembleia Municipal do Seixal.

O vice-presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Almeida Henriques, considera “muito positivo” o esforço de redução do número de regulamentos específicos do Portugal 2020 face ao QREN [Quadro Estratégico de Referência Nacional], mas sublinha que “é preciso dizer que em muitos casos – e sobretudo nos investimentos de cariz municipal – a regulamentação instituída não é clara, não está integrada ou é muito mais complexa e profundamente burocrática”.

“Há um excesso de requisitos, de ‘planos estratégicos’ e ‘planos de acção’, sobretudo para as futuras Autoridades Urbanas, que é preciso desarmadilhar. Esta teia imbrincada de condicionantes, limitações e requisitos tornará complexo e moroso o acesso aos financiamentos. É um ‘armadilhamento’ que impõe bloqueios e atrasos no avanço de investimentos que são vitais para os

nossos territórios, para a dinamização económica e o emprego local”, afirmou Almeida Henriques, um dos relatores do relatório sobre fundos comunitários, que foi apresentado no XXII congresso.

Segundo o presidente da Câmara de Viseu, “este encravamento” do Portugal 2020 “pode bem exigir já no próximo ano uma reprogramação antecipada, tendo em vista uma simplificação e uma territorialização mais esclarecida e eficaz”.

Perante uma plateia repleta de autarcas, o social-democrata Almeida Henriques venceu não poder deixar de manifestar “a profunda preocupação da ANMP com o mapeamento centralizado dos investimentos de cariz territorial”. E esclareceu que “as áreas de acolhimento e incubação empresarial, os parques de ciência e tecnologia, as escolas, os centros de saúde, os equipamentos sociais e o património cultural são domínios de intervenção que estão a ser sujeitos a esse mapeamento”.

“Os municípios estarão sempre ao lado do planeamento estratégico, do combate ao desperdício e às redundâncias de investimento público, mas sempre frontalmente contra o seu exercício centralizado e centralista! É preciso recordar que não foram os municípios os autores dos exponenciados investimentos escolares da Parque Escolar”, atirou numa indirecta aos governos socialistas, acrescentando que “cada escola construída ou requalificada pelas mãos do Estado Central serviria para várias escolas nas mãos do Poder Local”.

O vice-presidente da ANMP deixou bem clara a sua posição ao afirmar que “um mapeamento centralizado dos investimentos territoriais não é nem aceitável nem justo se for feito nas costas dos municípios e no silêncio das direcções gerais. Esse tipo de decisões constitui um risco sério para a qualidade do investimento e é além do mais um desrespeito pela autonomia do Poder Local”.

Assim, para o autarca de Viseu, “arredar os municípios das decisões estratégicas e programáticas do país será um desrespeito por um pilar central da democracia portuguesa. O país pagará caro, com maus investimentos, um anátema ideológico lançado ao investimento local, próximo e legítimo”. Estamos ainda a tempo de reestabelecer um diálogo franco, aberto e útil que faça do Portugal 2020 um instrumento ao serviço do desenvolvimento e da coesão do ‘país real’”, defendeu.

O antigo secretário de Estado da Economia, aludiu ainda às “prioridades negativas” do Portugal 2020, com que foi baptizado o investimento em estradas e escolas neste novo ciclo e disse: “Julgo que é chegado o momento de reabirmos este debate no plano interno e com a Comissão Europeia. Outros estados-membros, como Espanha, tomaram essa iniciativa. E bem”. “A ideia de que o investimento em infraestruturas é necessariamente mau constitui um preconceito absurdo e penalizador da coesão e da competitividade do país. Sabemos que excessos de autoestradas e de outros investimentos trouxeram graves dissabores ao país, mas há carências infraestruturais que precisam de uma resposta urgente! Em nome da economia e da justiça territorial”, apontou.

“O justo não deve pagar pelo pecador. Há buracos de conectividade nalguns territórios que são verdadeiros travões ao desenvolvimento das economias

regionais e à mobilidade das pessoas”, denuncia o autarca, observando que “o IP3 na região Centro é um desses travões e é a imagem da irracionalidade de uma política que exclui, cegamente, a possibilidade de financiamento comunitário em investimentos estratégicos e fundamentais”. E deixa uma provocação: “Não haja ilusões: a coesão territorial e o desenvolvimento económico continuam a exigir infraestruturas de contexto. Não muitas, mas as necessárias”.

Curiosamente, na reprogramação do Portugal 2020 – o quinto quadro de apoio comunitário a que Portugal tem acesso –, “assiste-se a uma mudança substancial no paradigma de financiamento comunitário, direccionando-se a maior parcela de fundos para a economia (competitividade, internacionalização e emprego), para a eficiência no uso dos recursos e para a inclusão social”, aponta o relatório da ANMP, que refere que “os municípios, em específico, passam a assumir responsabilidades importantes em novos domínios, como a inclusão social”.

A terminar, Almeida Henriques disse que a “ANMP tem também pugnado no Portugal 2020 pela adopção de uma política forte e esclarecida de discriminação positiva dos territórios de baixa densidade”. Acrescentando: “Em particular, defendemos uma forte majoração das taxas de financiamento a investimentos empresariais e a introduz.”

Segundo o autarca do PSD, “o país precisa de mais: a coesão territorial do país é o ‘desígnio n.º 1’ dos fundos estruturais. Os municípios partilham as novas prioridades do Portugal 2020, mas esperam que o princípio sagrado da política de coesão seja respeitado. Portugal precisa, Portugal merece um novo QREN com sentido estratégico, mas eficiente, justo, ágil e ao serviço do país como um todo. O Governo e os parceiros sociais terão na ANMP um parceiro solidário, dialogante e construtivo”.

Desta reunião magna dos autarcas, que reuniu durante dois dias, mais de 1500 representantes autárquicos, sobressai exponencialmente, sobretudo para um humilde Presidente de Junta de Freguesia, a coesão dos representantes das Câmaras Municipais na defesa dos seus interesses e a indignação patenteada contra o discricionarismo usado pelos sucessivos governos, na forma como coartam iniciativas dos municípios, violam os princípios fundamentais da coesão regional estratégica, decidem unilateralmente retirar receitas ao poder local sem o ouvir, enfim, tal como foi atrás relatado, urge por cobro a este tipo de actuação.

Das conclusões aprovadas no congresso, que me dispense de enunciar pois elas fazem parte da documentação enviada a todos, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ressurgiu uma vontade inquebrantável deste conjunto de homens e mulheres que querem decidir em causa própria e de forma radical repor a capacidade dos municípios em tomarem nas suas mãos os destinos dos seus territórios.

Naturalmente que não posso deixar de estabelecer as comparações que se impõem, face ao universo das Juntas de Freguesia, que em si próprias carregam as mesmas preocupações que as Câmaras Municipais, insurgem-se contra elas e reclamam maior autonomia para poderem exercer as suas competências com dignidade e rigor.

As conclusões retiradas do congresso da ANMP encaixam, como uma luva, em futuras conclusões a tirar no congresso da ANAFRE, só que, para além do Governo, também aqui os municípios serão réus, face à descentralização de competências que não promovem para as Juntas de Freguesia.

É igualmente verdade que enquanto a voz dos autarcas municipais é escutada e, eles fazem-se ouvir muito bem, pois para além do trabalho de casa aparecem em grande número para o defenderem, as Juntas de Freguesia fazem um trabalho de casa incipiente, refugiam-se numa ausência de participação que enfraquece o todo.

Para terminar, declarar que a participação neste fórum foi uma experiência extremamente gratificante, permitiu estruturar e consolidar o pensamento de que o poder local, sério, reivindicativo, actuante e, sobretudo unido, é uma força imensa, capaz de responder aos maiores desafios que se colocam aos portugueses, vivam eles em que município viverem.

Arcozelo, 24 de Abril de 2015

O Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo, em representação dos
Presidentes de Junta da Assembleia Municipal de Ponte de Lima, no XXII
Congresso da ANMP

João Inácio dos Reis Lopes Barreto



Voto de Pesar

Faleceu, no passado dia 02 de abril, o **Padre Manuel Gomes Dias** nascido a 04-05-1933, na freguesia de Fornelos, Ponte de Lima.

Foi Professor em vários estabelecimentos de ensino, tanto particular, como oficial.

Presidiu ao Instituto Limiano - Museu dos Terceiros, na Vila de Ponte de Lima.

Prestou relevantes serviços culturais sobretudo no âmbito da investigação histórica e arqueológica, sendo o responsável por grande parte da história do nosso Concelho se encontrar documentada.

Colaborou com o Instituto Histórico do Minho e cooperou na Comissão de Toponímia de Ponte de Lima.

Reconhecido como o principal investigador do Limianismo da nossa era, foi o principal estandarte da recuperação do cortejo histórico nas Feiras Novas.

1

Senhor de uma simplicidade fascinante afirmou que gostava de ser conhecido como um “Zé ninguém que fez o que achava em consciência”.

O Movimento 51 propõe assim à Assembleia Municipal de Ponte de Lima que preste pública homenagem à sua ilustre figura e profundo agradecimento pelo que fez por Ponte de Lima, através da aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, dando dele conhecimento à sua família.

Ponte de Lima, 24 de abril de 2015

O Representante do Grupo Municipal do Movimento 51

Alípio Barbosa

Natural da freguesia de Fornelos, Ponte de Lima, em 1933, Pe Manuel Gomes Dias, frequenta os seminário da Arquidiocese de Braga, em ordem a via eclesiástica, cuja formação veio a concluir com a ordenação Sacerdotal a 15/08/1958, tendo sido ordenado por D. António Bento Martins Júnior, na Catedral de Braga.

Novo trabalhou com, Cónego Aguiar Barreiras e Cónego Luciano Afonso dos Santos, que contaram com a colaboração voluntária e preciosa, na organização da Exposição Iconográfica Mariana aluno finalista de Filosofia..

Esse facto possibilitou-lhe, em primeiro lugar, um privilegiado contacto com estes excelentes mestres no campo da arqueologia, arte sacra e cultura; em segundo lugar, abria caminho para futuros encontros com estes e outros estudiosos e mestres entendidos neste como noutros campos afins do saber, como arqueologia, etnografia, história da cultura, etc... entre os quais nos apraz citar: João Rosa de Araújo, Leandro Quintas Neves, Alberto Antunes Abreu, entre outros.

Calcorreou o Alto Minho, assistiu á identificação, classificação e catalogação de peças Iconográficas mais significativas da arte religiosa, e torna-se ele próprio uma autoridade científica na matéria.

Desta forma, a vida sacerdotal do Pe Manuel Gomes Dias, foi enriquecida com uma intensa, rica e esclarecida acção cultural, patente nas publicações de que é autor e largamente reconhecido por quantos toma contacto com as suas obras.

Foi membro da Comissão Diocesana de Arte Sacra (1979-91).

Director do Departamento do Museu Diocesano (1991-2008), passando a membro Honorário quando dispensado por motivos de saúde (2008).

A nível local, foi professor em vários estabelecimentos de ensino, particular e oficial; presidiu ao Instituto Limiano – Museu dos Terceiros, na vila de Ponte de Lima; interveio em vários Municípios, sobretudo no de Ponte de Lima e na região do Alto Minho em geral, onde prestou relevantes serviços culturais, tendo sido o responsável pela criação do Cortejo Etnográfico das Feiras Novas.

Assim se lhe referiu um Presidente de Autarquia: “Por sua própria iniciativa incentiva a defesa de questões patrimoniais e culturais que, sem esse precioso contributo, estariam hoje votados a total esquecimento”.

No seu percurso antropólogo, etnógrafo, arqueológico, professor e pároco, deu um notório contributo para a história da cultura popular da Nossa Terra, tendo parodiado, nas paróquias de Serdedelo, Boalhosa e Labruja.

Na sua longa árdua e incessante pesquisa, em parceria nomeadamente com José Rosa de Araújo, viria a nascer o primeiro levantamento arqueológico do concelho de Ponte de Lima.

Foi com toda a justiça que a autarquia local lhe atribuiu a Medalha Municipal de Mérito Cultural.

E com toda a justiça, que se propõe um voto de pesar pelo seu falecimento.

António Ramos



PONTE DE LIMA
Um partido ao seu lado

VOTO DE PESAR E RECONHECIMENTO

No passado dia 18 de abril faleceu o Coronel Engenheiro *Bruno Fritsche Centner Pereira de Castro*. Trata-se de uma individualidade que sempre devotou grande paixão à terra e à gente de Ponte de Lima, tendo desempenhado importantes funções ao serviço de Portugal, no âmbito da sua vasta carreira militar. É de realçar o seu humanismo, a sua disponibilidade e abertura para colaborar no desenvolvimento do concelho de Ponte de Lima ajudando a resolver problemas que pareciam muitas vezes inultrapassáveis.

Assim, interpretando o sentimento dos muitos limianos, submetemos a esta Assembleia a proposta desse reconhecimento no voto de pesar pelo seu falecimento e endereçando à família as nossas sentidas condolências.

Ponte de Lima, 24 de abril de 2015

Os membros da Assembleia Municipal do PPD/PSD

PROPOSTA

O Grupo municipal do CDS/PP vem propor a esta Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Dias, nascido na freguesia de Fornelos, deste concelho e que foi uma referência de Ponte de Lima e um exemplo para as novas gerações pelo seu valor limianista. A paixão pela investigação e pela cultura iniciou-se com a Exposição Iconográfica Mariana, realizada em Braga, no ano de 1954.

No seu percurso de antropólogo, etnólogo, arqueólogo, professor e pároco, prestou manifesto contributo para a História da Cultura popular da nossa Terra. Andou por montes e vales, na ânsia de encontrar, identificar e inventariar lugares e peças arqueológicas. Desta demorada, árdua e incessante pesquisa, viria a nascer o primeiro levantamento arqueológico do concelho de Ponte de Lima.

Foi colaborador, durante quase duas décadas, da Comissão de Festas das Feiras Novas e a ele se deve a introdução dos cortejos histórico e etnográfico com quadros, das nossas festas, muito admirados.

O Padre Manuel Dias disse um dia: “gostava que houvesse uma escola de limianismo”.

Ponte de Lima, 24 de Abril de 2015





DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm, no exercício das suas funções, propor um **voto de louvor**, pelo desempenho de tarefas muito nobres e pelos feitos alcançados, às seguintes personalidades:

1 – AAPEL (Associação dos Amigos da Pessoa Especial Limiana), designadamente nas pessoas da sua direcção, da Professora Filomena Palma, do Professor Agostinho Sousa, da Professora Manuela Marques e da Professora Maria João, entre outras personalidades pela realização de um sonho para Ponte de Lima;

Prof. Eduardo Vale

2 – Arquitecto limiano Tiago do Vale: vencedor do "óscar da Arquitectura, foi distinguido nos A+ Awards de 2015, com um primeiro prémio na categoria de Reabilitação com o Chalé das Três Esquinas;

3 – Clube Náutico de Ponte de Lima e seus atletas pelos resultados obtidos.

1

O MOVIMENTO 51, entende, por isso, propor a esta Assembleia Municipal a aprovação dos presentes votos de louvor, dando conhecimento às personalidades supra referidas.

Ponte de Lima, 24 de Abril de 2015,

Os Deputados do Movimento 51,

PROPOSTA

O Grupo municipal do CDS/PP vem propor a esta Assembleia um voto de louvor aos seguintes cidadãos limianos:

-Piloto limiano **Mariano Pires**, pela vitória no Meeting dos Reis, no Campeonato Nacional de Karting prova realizada no Kartódromo de Viana do Castelo no passado mês de janeiro e ainda na primeira ronda do Rotax Max Challenge 2015, levada a efeito no Kartódromo Internacional de Braga no pretérito mês de Março. Nas três corridas que componham esta ultima prova, o Mariano dominou por completo os acontecimentos, assumindo em todas o primeiro lugar na primeira volta conseguindo também a volta mais rápida nas três corridas. A 29 de Março, em Viana do Castelo foi primeiro nos treinos cronometrados e segundo nas duas mangas de qualificação, Mariano Pires bateu toda a concorrência na Final 1, bem como na final 2

-Piloto limiano **Fábio Caseiro** pela conquista do primeiro lugar naquela que foi a primeira prova, no novo ano, do campeonato nacional de ralis, categoria de iniciados, realizada na cidade de Guimarães.

O jovem piloto limiano deu uma excelente indicação que este poderá ser mais um grande ano, recheado de excelentes resultados.

-Arquiteto **Tiago Vale** - A Tiago do Vale Arquitetos foi distinguida com um prémio considerado o Óscar da Arquitetura de Nova Iorque, com um primeiro lugar na categoria de Reabilitação com o Chalé das Três Esquinas, este edifício oitocentista, em Braga, bateu edifícios tão emblemáticos como o ACE Hotel em Los Angeles e a Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, que competiam na mesma categoria.

A edição deste ano considerou projetos originários de mais de 100 países diferentes, representando o melhor da arquitetura de todo o mundo.

Os galardões de 2015 serão entregues em cerimónia de passadeira vermelha no próximo dia 14 de Maio, em Nova Iorque, contando com a presença das maiores celebridades da arquitetura, do design e da moda.

Ponte de Lima, 24 de Abril de 2015





A **Revolução de 25 de Abril**, denominada por alguns **Revolução dos Cravos**, refere-se a um período da história de Portugal resultante de um movimento social, ocorrido a 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de abril de 1976, com uma forte orientação socialista na sua origem.

Esta acção foi liderada por um movimento militar, o Movimento das Forças Armadas (MFA), que era composto na sua maior parte por capitães que tinham participado na Guerra Colonial e que tiveram o apoio de oficiais milicianos. Este movimento surgiu por volta de 1973, baseando-se inicialmente em reivindicações corporativistas como a luta pelo prestígio das forças armadas, acabando por atingir o regime político em vigor. Com reduzido poderio militar e com uma adesão em massa da população ao movimento, a resistência do regime foi praticamente inexistente e infrutífera, registando-se apenas 4 civis mortos e 45 feridos em Lisboa pelas balas da PIDE/DGS.

O movimento confiou a direção do País à Junta de Salvação Nacional, que assumiu os poderes dos órgãos do Estado.

A 15 de maio de 1974, o General António de Spínola foi nomeado Presidente da República. O cargo de primeiro-ministro seria atribuído a Adelino da Palma Carlos.

Seguiu-se um período de grande agitação social, política e militar conhecido como o PREC (Processo Revolucionário Em Curso), marcado por manifestações, ocupações, governos provisórios, nacionalizações e confrontos militares que, terminaram com o 25 de Novembro de 1975.

Estabilizada a conjuntura política, prosseguiram os trabalhos da Assembleia Constituinte para a nova constituição democrática, que entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976, o mesmo dia das primeiras eleições legislativas da nova República.

Na sequência destes eventos foi instituído em Portugal um feriado nacional no dia 25 de abril, denominado como "Dia da Liberdade".

O **MFA** ou "**Movimento das Forças Armadas**" foi o responsável pela revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs termo à ditadura e ~~começo~~ Estado Novo, em 25 de Abril de 1974 em Portugal. A principal motivação deste grupo de militares era a oposição ao regime e o descontentamento pela política seguida pelo governo em relação à Guerra Colonial.

As tropas foram comandadas no terreno por diversos capitães, de entre os quais o que mais se destacou e mais é recordado e associado à revolução foi Salgueiro Maia, que comandou tropas vindas da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. No quartel da Pontinha, as operações eram dirigidas pelo então major Otelo Saraiva de Carvalho. Na sequência da revolução este seria graduado General, tendo sido desgraduado e



retomado a categoria de major a seguir ao Golpe de 25 de Novembro, que acabou com o período de governos provisórios.

A **Junta de Salvação Nacional** (JSN) foi um grupo de militares designados para sustentar o governo do Estado Português em Abril de 1974, após o golpe de estado que derrubou o Estado Novo. Esta *Junta* esteve em funcionamento entre 1974 e 1975, após o comunicado do presidente António de Spínola às 01:30 do dia 26 de Abril.

Após os acontecimentos de 11 de Março de 1975 a JSN foi extinta, passando os seus então membros a integrar o novo Conselho da Revolução.

O **Processo Revolucionário em Curso** – por vezes referido como "Período Revolucionário em Curso" ou, com mais frequência, apenas pela sigla **PREC** – designa, em sentido lato, o período de actividades revolucionárias, marcante na História de Portugal, decorrido durante a Revolução dos Cravos, iniciada com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e concluída com a aprovação da Constituição Portuguesa, em Abril de 1976. O termo, no entanto, é frequentemente usado para aludir ao período crítico do Verão Quente de 1975, com o seu antes e o seu depois, que culmina com o Golpe Militar de 25 de Novembro.

A par das ocupações de terras e casas abandonadas, da Reforma Agrária, de melhorias importantes como o estabelecimento do salário mínimo, o processo levaria ao desmantelamento de grupos económicos ligados ao regime deposto, entre os quais a CUF, à nacionalização de empresas consideradas de interesse público, na banca, seguros, transportes, comunicações, siderurgia, cimento, indústrias químicas, celulose. Fizeram-se «saneamentos» no aparelho do Estado e nos meios de comunicação, com vista a afastar elementos indesejáveis do velho regime, substituindo-os por elementos afectos às forças políticas dominantes. Houve-os de vários quadrantes, sendo voz corrente que o Partido Comunista Português (PCP) beneficiou em número (era um partido bem organizado).

No centro e norte do país, no Verão Quente, somavam-se entretanto os atentados bombistas de grupos extremistas de direita (Exército de Libertação de Portugal [ELP], Movimento Democrático de Libertação de Portugal [MDLP], Grupo Maria da Fonte) contra as sedes de partidos de esquerda. Assassinatos políticos seriam perpetrados com o envolvimento de elementos conservadores do clero.

Os partidos não marxistas recentemente fundados, como o Centro Democrático Social (CDS) e o Partido Popular Democrático (PPD), fazem-se então ouvir por vozes mediáticas, secundadas na província pela Igreja Católica. Mais que nunca, é decididamente o Poder que está em causa, estando por isso em causa também o papel de Portugal na Europa. À esquerda, mais que nunca, paira o espectro do Chile de Pinochet. Ao centro e à direita receia-se uma ditadura bolchevique. Os EUA estão atentos: o futuro de Portugal joga-se em três continentes e os interesses estratégicos americanos estão lá metidos.

No Tejo, em frente do Palácio de Belém, inícios de 1975, via-se o porta-aviões USS Saratoga. É Henry Kissinger, cumprindo os desígnios de Nixon, quem superintende nesse



tipo de manobras, que passariam se fosse caso disso, pela ocupação militar dos Açores, com vista à manutenção da Base das Lages, considerada bastião norte-americano inalienável.

A Fonte Luminosa, em Lisboa, é o primeiro local onde Soares consegue reunir uma imensa multidão. O comício do PS na Praça Humberto Delgado no Porto, em que Mário Soares e Salgado Zenha erguem clamores contra o perigo comunista.

A saída das forças militares do Regimento de Comandos da Amadora chefiadas por Jaime Neves no dia 25 de Novembro de 1975 travará o processo. O carismático líder da Revolução dos Cravos Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, que não deseja confrontos, cede. O PCP, que bem conhece os limites do seu poder, decide não intervir. Isolados, os outros partidos da esquerda manifestam-se, mas por pouco tempo. Cai o V Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves. Instalam-se os moderados do Grupo dos Nove. Mudam-se os tempos e as vontades: o PS e o PPD (PSD) passarão a governar ao centro e em alternância, durante décadas. Esvai-se a revolução, só ficam os ideais. Do PREC, é tudo o que se mantém vivo.

A 25 de Abril de 1975 têm lugar eleições para a Assembleia Constituinte. A esmagadora maioria da população portuguesa vota no PS – que se tinha tornado progressivamente mais liberal nas suas posições ou, como se diria anos mais tarde, tinha «enfado o socialismo na gaveta» – e no PPD, actual PSD. O Partido Comunista Português vê-se assim com uma modesta representação na Assembleia Constituinte. Os diversos grupos marxistas surgidos com o 25 de abril (União Democrática Popular (UDP), Movimento de Esquerda Socialista (MES), Frente Socialista Popular (FSP), Liga Comunista Internacionalista (LCI), etc.) têm apenas votações residuais. O MRPP (Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses) é proibido de participar nas eleições.

Em consequência dos resultados das eleições e de visões diferentes quanto ao futuro do país entre os principais partidos (PS e PSD) e o primeiro-ministro, surge um conflito de legitimidade (a eleitoral, a dos partidos, e a revolucionária, a do MFA e Conselho da Revolução).

Logo no 1º de Maio isto torna-se manifesto no conflito aberto entre o PS, opositor da unicidade sindical, e o PCP, apoiado pelo Conselho da Revolução, defensor da existência de uma única central sindical.

Em Maio surge também o polémico Caso República. A já referida greve dos tipógrafos do jornal República, afectos à UDP, age contra a direcção, alinhada com o PS. Este caso servirá de pretexto ao PS para lançar um ataque ao PCP e ao governo de Vasco Gonçalves.

O Processo Revolucionário conduzido por Vasco Gonçalves é assim contrariado não só pelos "sectores reaccionários" da sociedade portuguesa (a Igreja Católica e alguns grupos saudosos do Estado Novo) mas também, embora não ainda abertamente, pelos principais



partidos políticos (PS e PSD). Isto leva a uma escalada nas tomadas de posição de Vasco Gonçalves e do COPCON: a Revolução dos Cravos, afirmam, é legitimada por pretender implementar o socialismo democrático. O MFA, investido pela Aliança Povo/MFA, sente-se assim no direito de levar avante a revolução em curso, descartando-se da acção redutora dos partidos.

É o Verão Quente. As ocupações de casas, fábricas, latifúndios, etc., proliferam. No Norte, sobretudo mini fundiário e sujeito a grande influência católica, surgem grupos de contra-revolução, como o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), o ELP (Exército de Libertação Português) e o intitulado Grupo Maria da Fonte. É grande a violência. Várias sedes partidárias do PCP e partidos de esquerda são vandalizadas no Norte e Centro. Em Lisboa, em contrapartida, é assaltado na noite de 26 de setembro o consulado de Espanha por elementos da extrema-esquerda conotados com a UDP, porventura infiltrados por elementos não identificados, a pretexto da repressão em Espanha de independentistas bascos. A embaixada é incendiada a 27. Imagens dos assaltos são destacadas nos EUA pela cadeia de televisão CBS.

Em Julho, em nova tentativa de clarificar a situação, uma assembleia do MFA, incentivada por Vasco Gonçalves, elabora e aprova o Documento-Guia de Aliança Povo/MFA, propondo como objectivo último da revolução «a instauração do poder popular» através da criação de uma hierarquia de associações e assembleias populares.

A contestação dentro do próprio Conselho da Revolução ao governo de Vasco Gonçalves começa a organizar-se. Este promove a constituição de um directório (que incluirá, além dele próprio, o Presidente da República Costa Gomes e Otelo) que deverá concentrar a autoridade do Conselho da Revolução.

Em Agosto, os conselheiros defensores da via do pluralismo partidário organizam-se (Grupo dos Nove) e publicam um documento defendendo que os militares devem deixar nas mãos dos partidos políticos democraticamente eleitos a decisão quanto ao futuro político do país. Em consequência são suspensos do Conselho da Revolução pelo directório (apenas Otelo se opõe à suspensão). O documento dos Nove é entretanto discutido nas Forças Armadas, discussão que irá evidenciar uma grande divisão no dos militares e do CR e ainda minar a autoridade do governo.

Otelo, conotado com a extrema-esquerda do MFA, distancia-se definitivamente de Vasco Gonçalves a 20 de agosto, chegando mesmo a proibi-lo de visitar as unidades militares da Região Militar de Lisboa e aconselhando-o a demitir-se. Perante a crise de autoridade do governo e considerado por ela responsável, Vasco Gonçalves (e o V Governo Provisório) é demitido. A sua recondução em cargos de relevo é recusada pelo MFA na assembleia de Tancos, em Setembro.

Em Setembro é formado o VI Governo Provisório com o Almirante Pinheiro de Azevedo como primeiro-ministro. No entanto a mudança de governo não consegue acalmar a



situação, antes pelo contrário. O Conselho da Revolução e o MFA estão divididos e a crise de autoridade agudiza-se.

Para pôr fim à situação de impasse entre sectores militares opostos – de um lado a extrema esquerda, que procura apoio em Otelo, de outro os militares simpatizantes do PCP e de Vasco Gonçalves, de outro ainda os militares alinhados com o Grupo dos Nove, grupo de oficiais liderados por Melo Antunes – seria necessário que algum deles avançasse. Os militares que apoiam o Grupo dos Nove toma a iniciativa, anunciando a expulsão de Otelo da posição de comandante da Região Militar de Lisboa e dando a entender que o COPCON seria dissolvido.

A 25 de Novembro de 1975, sectores da esquerda radical (essencialmente pára-quedistas e polícia militar na Região Militar de Lisboa), alarmados com notícias que correm, levam a cabo uma tentativa de golpe de estado, que se mostra sem liderança clara. O Grupo dos Nove decide reagir, pondo em prática um plano militar de resposta liderado por António Ramalho Eanes. O plano prevê, numa situação limite, a instalação de um governo alternativo no Porto e a hipótese de uma guerra civil, que poderia envolver interferência estrangeira.

O Presidente da República, Costa Gomes, consegue chamar a Belém os principais comandantes militares, incluindo Otelo, Rosa Coutinho (armada, tido como próximo do PCP), e os líderes do Grupo dos Nove (agora bastantes mais que nove) e concentrar assim em si a autoridade. O PCP retrai-se. O grupo de militares revoltosos, sem liderança nem outros apoios, rende-se sem grandes conflitos. A indefinição de responsabilidades neste "golpe" prevalece entretanto como um dos grandes mistérios da contra-revolução, dando origem a interpretações polémicas.

Surgem sinais de entendimentos secretos, que hoje se confirmam, entre as grandes potências envolvidas na Guerra Fria visando a aniquilação de Otelo e dos grupos da esquerda mais radical. Não saindo o PCP para a rua, a extrema-esquerda, que reclama insurreição popular, ficaria isolada. Estava assim aberto o caminho para inverter a situação em Portugal, para que o país se mantivesse como fiel membro da NATO e para que tanto os EUA como a União Soviética ficassem de mãos livres para exercer os seus interesses no Atlântico Norte e nas colónias portuguesas em África.

O PS colabora até Março de 1975 com o PCP e com a extrema-esquerda. Procura assim maximizar o seu papel na revolução e nas eleições para a Assembleia Constituinte, que seriam realizadas em Abril de 1975.

Cedo mudaria o PS de figura. Meses depois, Mário Soares afirmaria ser necessário "meter o socialismo na gaveta", desfazendo a ilusão de que o Partido Socialista tivesse intenções de contribuir para levar por diante a mudança revolucionária a que o país assistia desde a Revolução dos Cravos.

No dia 25 de Novembro:



- o Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS), conotado com a Esquerda Militar, toma posições no aeroporto de Lisboa, portagem de Lisboa A1 e Depósito de Material de Guerra de Beírolas;
- forças da Escola Prática de Administração Militar ocupam a RTP e a PM controla a Emissora Nacional.
- O Regimento de Comandos da Amadora, cerca o Emissor de Monsanto, ocupado pelos Para-quedistas, e a emissão da RTP é transferida para o Porto;
- Mário Soares, Jorge Campinos e Mário Sottomayor Cardia, da Comissão Permanente do PS, no seguimento de um plano contra-revolucionário previamente estabelecido, saem clandestinamente de Lisboa, na tarde do dia 25, e seguem para o Porto, onde se apresentam ao moderado Pires Veloso no Quartel da Região Militar Norte;
- O Presidente da República decreta o estado de sítio na área da Região Militar de Lisboa, e teve um papel determinante na contenção dos extremos;
- o Tenente-coronel António Ramalho Eanes, adjunto de Vasco Lourenço e futuro presidente da república, ilude pressões dos militares da extrema-direita que o incitam a mandar bombardear unidades;
- Vasco Lourenço dá voz de prisão a Diniz de Almeida, Campos Andrade, Cuco Rosa e Mário Tomé.
- o "Grupo dos Nove", vanguarda de todas as forças políticas e militares do Centro e da Direita (parlamentar e extra-parlamentar) e os seus aliados controlam a situação.

No dia 26 de Novembro:

- Jaime Neves com uma sua força dos Comandos da Amadora, ligados aos moderados, atacam o Regimento da Polícia Militar da Ajuda, unidade militar tida como próxima das forças políticas de esquerda revolucionária, após a rendição o resultado são 3 mortos;
- Dão-se as prisões dos militares revoltosos;
- Forças das Regiões Militares do Norte e Centro deslocam-se para Lisboa;

No dia 27 de Novembro:

- os Generais Carlos Fabião e Otelo Saraiva de Carvalho são destituídos, respectivamente, dos cargos de Chefe de Estado Maior do Exército e de Comandante do COPCON;
- Ramalho Eanes é nomeado Chefe de Estado Maior do Exército e graduado em General. O COPCON é integrado no Estado Maior Geral das Forças Armadas.
- por decisão do Conselho de Ministros a Rádio Renascença é devolvida à Igreja Católica;
- são enviadas para a prisão de Custóias algumas dezenas de militares detidos na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro;
- Costa Gomes, Presidente da República, decreta o estado de sítio parcial na região abrangida pela Região Militar de Lisboa.



- A 28 de Novembro, o VI Governo Provisório retoma as suas funções e é suspensa a publicação dos jornais estatizados, no dia seguinte em conferência de imprensa, Sá Carneiro acusa o PCP de ser responsável pela insubordinação militar verificada, o PS tem idêntica atitude.
- É levantado o estado de sítio em Lisboa a 1 de Dezembro, no dia seguinte a Assembleia Constituinte PS, PPD e CDS acusam o PCP de estar envolvido nos acontecimentos de 25 de Novembro.


Estes são os factos históricos que nos permitem hoje comemorar o 25 de Abril, como caminho de liberdade e democracia.

25 de Abril de esperança, muitas vezes defraudada, mas sobretudo, 25 de Abril de liberdade de expressão e pensamento.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal.

Disse,


João Inácio dos Reis Lopes Barreto

(PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO)

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Ex.^{mos} Senhores Secretários
Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara
Ex.^{mos} Senhores Vereadores
Ex.^{mos} Senhores Presidentes de Junta
Caras e Caros Colegas,
Ex.^{mo} Público,

Dentro de umas horas festejaremos o decurso de 41 anos após a Revolução de Abril e ainda um dos momentos fundadores da nossa Democracia: o 40.º Aniversário das Primeiras Eleições Livres, para eleição da Assembleia Constituinte.

Este é sempre um tempo de celebração e grata memória.

Mas é também um tempo para analisar o presente da nossa vivência democrática e de perspectivar o futuro do nosso País e da comunidade mais próxima.

A nível nacional, avizinham-se eleições que podem dar a Portugal uma nova esperança e um novo rumo de prosperidade e desenvolvimento.

O Partido Socialista está a começar a apresentar um conjunto de propostas credíveis e fundadas, capazes de promover um crescimento sustentável e de equidade do nosso País. Há neste momento uma real alternativa à política de austeridade e empobrecimento dos portugueses que a actual maioria tem promovido nos últimos anos, com aumento do défice e do desemprego, nomeadamente, e com a concomitante degradação das condições de vida da grande maioria da nossa população.

A nível local, continuam muito preocupantes as evidências de um acentuado défice democrático

Há um ano atrás, afirmava eu, deste mesmo local, que “também Ponte de Lima precisa hoje do seu próprio 25 de Abril”.

E essa preocupação é hoje, se possível, ainda mais premente.

Com efeito, vivemos tempos de absoluta arrogância e prepotência do poder executivo autárquico em Ponte de Lima.

São tempos de chantagem, ameaças e represálias sobre os Presidentes de Junta para obter a qualquer preço uma votação favorável para um projecto megalómano que não tem a aprovação da população do Concelho, como ficou demonstrado na corajosa intervenção nesta Assembleia da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Brandara e confirmado pelo eloquente silêncio do Sr. Presidente da Câmara no momento seguinte.

São tempos de desrespeito pela liberdade de expressão e pela liberdade de voto, como pudemos testemunhar nesta Assembleia com o degradante episódio da tentativa de destituição ilegal do representante dos Senhores Presidentes de Junta, apenas porque este ousou pensar pela sua cabeça e votar em conformidade com os seus princípios e com as escolhas que melhor salvaguardam os interesses da população que directamente representa.

São tempos de absoluto despudor caciquista e completa falta de adequação às mais elementares regras de convivência democrática, em que temos um Vice-presidente da Câmara (com a conivência expressa do Presidente da Câmara) a insultar nesta Assembleia Municipal o seu Presidente, e a pedir – pame-se! – a sua “demissão”, apenas porque este cumpriu escrupulosamente as funções para que foi eleito, desempenhando-as com isenção e independência.

A esses sinais de défice democrático, junta-se a absoluta desconsideração e desrespeito a que a Autarquia condenou as Comemorações do 25 de Abril.

Por todo o lado a data é assinalada com dignidade, elevação democrática e exaltação dos valores de Abril.

Veja-se, por exemplo, o caso de Viana do Castelo, onde a Autarquia preparou uma série de atividades culturais e muitas iniciativas junto dos jovens das escolas do concelho, contextualizando historicamente a Revolução e sensibilizando-os para a importância da vivência democrática, que culmina com um concerto dessa voz maior da música de intervenção que é Sérgio Godinho.

Em Ponte de Lima, simbolicamente, a Câmara Municipal organizou um baile/concerto de música pimba, mostrando à sociedade o desprezo que tem pela herança democrática de Abril.

É por isso que em Ponte de Lima o verdadeiro espírito de Abril será evocado e festejado longe do Largo de Camões, pelas ruas e nos bares onde cidadãos anónimos não quiseram deixar passar mais uma oportunidade para exaltar as conquistas de liberdade e progresso que Abril nos deixou.

A Câmara Municipal de Ponte de Lima, mais uma vez, passou ao lado de Abril.

Termino, sem que me canse a voz, repetindo o que aqui disse neste mesmo parlatório há um ano atrás:

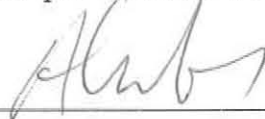
“Precisamos de uma “revolução” em Ponte de Lima para acabar com o “quero, posso e mando” vigente, que premeia os filhos e castiga os enteados, sob o mote da velha máxima salazarenta de “quem não é por nós, é contra nós”.”

25 de Abril sempre!

Viva o 25 de Abril!

Ponte de Lima, 26 de Abril de 2014.

O Membro Eleito pelo Partido Socialista,



António Carlos Matos

Assembleia Municipal de Ponte de Lima - Sessão Ordinária de 24 de Abril de 2015

Período de Antes da Ordem do dia:

Declaração Política Sobre o 41º ano do 25 de Abril

Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

Com a Grândola Vila Morena a partir da meia-noite comemoramos o 25 de Abril num momento em que os trabalhadores e o povo português se confrontam com o aprofundamento da agressão aos seus direitos sociais, económicos e culturais, face a uma situação nacional marcada por um rumo de agravamento da exploração, empobrecimento, limitações à democracia, atentados à soberania, retrocesso social e civilizacional.

Trinta e oito anos de política de direita e vinte e oito anos de integração capitalista na União Europeia conduziram o País para a actual situação de declínio económico, de retrocesso social, de perversão do regime democrático e de alienação de importantes parcelas da soberania nacional.

A CDU vem a denunciar as mutilações e subversões que estão a ser impostas todos os dias pelo actual governo do PSD/CDS que degrada serviços, despede trabalhadores da segurança social, congela valores das reformas e prestações sociais, corta no rendimento social de inserção, no complemento solidário para idosos, no abono de família e noutros importantes apoios sociais e que pretende transformar o sistema público, num sistema residual, assente em baixas reformas e pensões, e de forte pendor assistencialista e caritativo.

A degradação da democracia política, com a desvalorização da Assembleia da República manietada pelo rolo compressor da maioria, com a instalação do compadrio no aparelho de Estado, instrumentalizado pelos partidos do Governo para satisfazer as clientelas partidárias e os interesses do poder económico, impõem soluções necessárias para a defesa da democracia em Portugal, exigem o respeito pela Constituição e a concretização dos direitos nela consignados, exigem a subordinação do poder económico ao poder político democrático, exigem a fiscalização democrática de todos os poderes do Estado, a separação de poderes, a independência do poder judicial e a autonomia do Ministério Público, a dotação de meios para o combate à corrupção, o respeito pela autonomia do poder local democrático, pelos direitos dos trabalhadores, dos utentes dos serviços públicos, dos contribuintes, dos cidadãos que não abdicam de exercer os seus direitos democráticos.

Nasci e cresci no Portugal de Abril. Muitos de nós crescemos com a certeza dos nossos pais que, de que a nossa vida ia ser melhor que a deles, crescemos com esperança no futuro, uma esperança alicerçada na melhoria das condições de vida, no acesso à educação, à saúde, ao trabalho. Abril fez parte do nosso crescimento de forma tão natural como o ar que respiramos. Uma esperança que se foi esfumando conforme que se ia impondo a alternância dos sucessivos governos, dos seus alternantes partidos, com a mesma matriz política ao serviço do grande capital económico e financeiro e da grande especulação.

Emprego transformado em privilégio e a educação e saúde em negócio, segurança social apelidada de coisa longe do nosso alcance, direitos como coisa dos mais velhos e o País, o nosso País vendido ao retalho e transformado em rebuçado para os grandes senhores do capital. Corte com as gerações anteriores, presente estrangulado, o futuro sem futuro à vista, eis o que nos tentam impor.

Chamam agora aos Partidos que tem (des) governado o País ao longo de 38 anos, os partidos do “arco do poder ou do arco da governação”. Talvez se devesse falar num “circuito fechado do poder”. Numa espiral de promessas não cumpridas, expectativas frustradas, os partidos deste circuito fechado do poder (PS, PSD, CDS), responsáveis pela situação com que nos confrontamos hoje, foram alienando as pessoas da política, impondo sofisticadamente a resignação e o medo. Numa óptica de mera gestão da crise, estes partidos fizeram da sua missão de representação democrática letra morta, limitando-se a governar em favor dos interesses dos ricos, dos poderosos, dos grupos económicos e financeiros que, sustentados pelo Estado, tudo fazem para o desacreditar e para se apoderarem dos seus bens e recursos.

Mas apesar das dificuldades e das alterações profundas na sociedade, no seu caminho de exploração encontram pela frente os filhos de Abril, gerações que com as suas características e motivações próprias não querem abdicar do que é seu por direito. Querem ser felizes, trabalhar no seu país e recuperar a esperança com que cresceram. Não abdicam e lutam pelos seus direitos.

A todos os que foram obrigados a emigrar ou a voltar para casa dos seus pais, a todos os que contam os tostões para alimentar os seus filhos e que foram roubados no abono de família, a todos os que não sabem como pagar as contas e são despejados das suas casas, a todos quantos engrossam a humilhante lista do desemprego e que saltam da precariedade para o desemprego e do desemprego para o flagelo da precariedade.

A todos os que não conseguem fazer face ao dia a dia, nem muito menos deslumbrar o futuro para os seus filhos, a todos que por acção desta política, estão prestes a perder a esperança. A todos esses dizemos, não desistam, juntem-se a nós à **CDU**, sejam parte activa desta corrente de exigência de mudança, de alternativa, de futuro.

No assinalar das comemorações do 25 de Abril e no fervilhar de evocações e declarações a alguns faz jeito e “fica bem” um cravo vermelho ao peito mesmo quando a violação do texto da constituição e o desrespeito pela democracia se torna uma rotina, nem sempre o cravo é verdadeiramente vermelho nas intenções que se escondem vestidas de pele do lobo com tiques de cinismo e hipocrisia.

A realidade estabelecida do viver diário desmente a operação mistificatória com que se procura desviar as atenções dos trabalhadores e do povo dos graves problemas com que, no dia-a-dia, se defrontam. Os cofres até podem estar cheios, mas de dívida. Dívida que todos os dias vai crescendo e cujos encargos tolhem o desenvolvimento do País e de que são sintomática expressão a elevada taxa de desemprego (14,1%) com maior incidência entre os jovens (35%), o aumento alarmante da pobreza e o continuado fluxo migratório.

A política torna-se um lugar estranho quando não tem memória, identidade e projecto. O que aqueles que há 38 anos governam o país têm feito é exactamente ocultar, subverter, eliminar a memória, a identidade e o projecto de Abril de 1974. Não nos esquecemos nem ignoramos o que nos aconteceu e, que tem responsáveis, aqueles que introduziram a brutal política de austeridade, com a qual se destruíram direitos sociais e laborais, se desorganizaram os trabalhadores, se defenderam em todas as ocasiões os interesses das classes dominantes, se destruiu a produção nacional, aumentando a nossa dependência face ao exterior, se centralizou o aparelho de Estado e se diminuiu a capacidade de actuação, por exemplo, do Poder Local.

A insensata e desastrosa aplicação da austeridade tem também contribuído para a degradação das autarquias locais fortemente afectadas por políticas recessivas, principalmente no que se refere ao seu nível de financiamento e à sua capacidade de gestão.

A Revolução de Abril completa 41 anos de luta. Com os valores de Abril prosseguimos no combate às injustiças de classe, à austeridade imposta a quem vive do seu salário, às camadas sociais mais pobres, para pagar uma dívida que não pára de crescer, que não é deles e, que enriqueceu o sistema financeiro que foge ao fisco e aos tribunais.

Sou filha da geração de Abril, “o sonho não morreu, quando o povo acorda é sempre cedo”. A Revolução do 25 Abril de 74 está viva e carrega a esperança de salvar Portugal porque os seus valores são sementes de futuro. Queremos e vamos recuperar a esperança, lutando todos os dias pela concretização de uma política alternativa e de uma alternativa política, patrióticas e de esquerda, por uma democracia avançada, inspirada nos valores de Abril.

25 de Abril Sempre!

O Eleito da CDU

Sandra Margarida Fernandes



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs Secretários

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores,

Srs. Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

A EDUCAÇÃO NO NOSSO CONCELHO

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm no exercício das suas funções, declarar as suas preocupações relativamente à Educação, com os fundamentos e considerandos seguintes:

Dado tratar-se de um problema tão complicado e complexo e que diz respeito a todos nós, como respeita às gerações futuras, queremos aqui colocar objetivamente algumas questões:

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, é o diploma que visa regulamentar as competências dos conselhos municipais de educação, um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho, e relativamente à elaboração da carta educativa, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino.

Neste âmbito, o referido diploma tem por objeto os conselhos municipais de educação, regulando as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento e ainda a carta educativa, regulando o processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos.

O artigo 20º do mesmo diploma refere a sua revisão. O seu ponto 2-., diz o seguinte: A revisão das cartas educativas é obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do Ministério da Educação ou das câmaras municipais.

E, no seu ponto 3., refere o seguinte: O Ministério da Educação e as câmaras municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa.

Lembramos que na Assembleia Municipal de 27 de Setembro de 2014, intervieram Norberto Barros e Anabela Correia sobre problemas com o infantário de Calvelo. Poderemos daqui inferir que a carta educativa está (des)atualizada?

Ora, a carta educativa foi aprovada em 2006. Numa consulta realizada ao *site* do Município não se encontra a carta educativa, nem qualquer ata ou parecer do conselho municipal de educação. Assim sendo, poderemos presumir que o conselho municipal funciona de uma forma hermética, não resultando qualquer proveito para a comunidade limiana?

Não deveriam estes documentos ser públicos e ou publicados nomeadamente no boletim municipal?

Gostaríamos de ouvir o que tem a dizer o Sr. Presidente da Câmara sobre o exposto, bem como o que pensa sobre a municipalização da educação no nosso concelho.

Ponte de Lima, 24 de abril de 2015,

Os Deputados do Movimento 51,





RECOMENDAÇÃO

• Num momento em que a questão da natalidade e do envelhecimento da população está na ordem do dia;

• Na sequência das iniciativas levadas a cabo pelo governo, nomeadamente, a nomeação de uma comissão independente de cuja atividade já resultou um relatório que propõe um vasto conjunto de medidas que percorre os vários ângulos de abordagem, desde os impostos, à educação, saúde, responsabilidade social ou ação política;

• Em conformidade com o espírito e a importância que esse relatório atribui às medidas de compromisso social por parte das autarquias, entre as quais se destacam:

- Criar dinâmicas integradas de apoio às crianças e às famílias;
- Certificar 'Organizações Amigas da Criança e da Família';
- Criação de **tarifários familiares de água, resíduos e saneamento**, para que as famílias não sejam prejudicadas nas despesas da casa pelo número de dependentes a cargo;
- Criação de '**bancos de recursos**' nas juntas de freguesia, que agrupem diferentes tipos de materiais e bens - como material escolar, material desportivo, mobiliário, etc. - que possam ser reutilizados por várias famílias;
- Alargar a oferta das escolas e creches para **períodos de férias e horários pós-escolares** e adequar os cursos à dimensão da família;
- Criação de um **passe-estudante** e um **passe-família** para transportes públicos para facilitar o acesso da família aos transportes públicos, impedindo que o recurso aos transportes fique mais caro do que o recurso ao automóvel particular;
- Apoio à contratação de técnicos para instituições sociais que acorrem a mães grávidas.

- Considerando o envelhecimento populacional de Ponte de Lima;

- Considerando a ausência de medidas municipais objetivas de apoio à natalidade;

- Considerando a necessidade de inverter a diminuição de nascimentos no Concelho;

- Considerando a urgência de incentivar uma mudança de mentalidade que conduza ao aumento da taxa de natalidade;

- Considerando que a sugestão emergida na AM de 27-09-2014 colheu o apoio da maioria dos membros presentes no plenário.

O Movimento 51 recomenda e requer desta AM a votação da presente recomendação à Câmara Municipal de dar execução à ideia que emergiu e acolheu a anuência geral em reunião desta mesma AM, em 27-09-14 da CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE DEBATE DE MEDIDAS DE APOIO À NATALIDADE NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA.

Ponte de Lima, 24 de abril de 2015

Pelo Movimento 51

RosaCruz

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Secretários
Exmo. Senhor Presidente da Câmara
Senhores Vereadores
Senhores Presidentes de Junta
Caros membros desta Assembleia

2017


Por vezes pode parecer que o ponto que agora debatemos, a apreciação da *Informação do Presidente da Câmara bem como a situação Financeira do Município*, não passa da apresentação de um género de listagem. Mas, de facto, para além desta, o que vemos? Vemos a actuação de uma maioria desgastada, que vive para duas coisas, o imediato e o mediático. Ao ler as actas das reuniões de Câmara percebe-se a tendência da maioria em escarnecer rotulando como demagógicas as propostas, nomeadamente de âmbito social, feitas pelo vereador social-democrata, Manuel Barros. E são já várias as propostas ponderadas e apresentadas no âmbito social.

Os eleitos têm a obrigação de perceber as necessidades dos seus eleitores, as verdadeiras necessidades, e trabalhar para as colmatar. Infelizmente, esta maioria está desfasada da realidade. A maioria parece preferir algo diferente, aparentemente para ela mais importante, como o aparecer nas fotografias.

Há a entrega de uma carrinha? O prioritário é que os vereadores da maioria estejam presentes para a fotografia. O vereador do PSD, Manuel Barros, propõe abrir as cantinas escolares nas férias? Ui! Que proposta descabida e demagógica.

Descabido e demagógico? Como é possível organizarem sessões públicas, convocando a comunicação social, para entregar chaves de habitação social a agregados carenciados?

O vereador Manuel Barros propõe um cartão do idoso, com um regulamento, com medidas concretas que vão ao encontro das necessidades dos idosos? Extemporâneo e demagógico. A maioria já tinha preparada uma proposta que, embora vazia, em sem qualquer utilidade para as reais necessidades sociais que os idosos enfrentam, é a que será aprovada, porque simplesmente só as propostas da maioria é que são válidas. O vereador do PSD propõe medidas de apoio aos casais desempregados? Só pode ser demagogia e despesismo, pois claro. É que gastar na organização de um qualquer festival de Verão na EXPOLIMA o

mesmo que se poderia gastar na ajuda aos casais desempregados é que é prioritário.

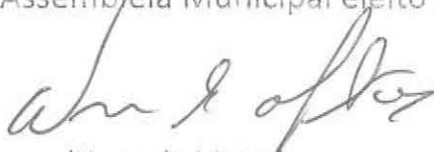
Recentemente, prendaram os limianos com a cereja no topo do boio bolorento que é a actuação desta maioria. O vereador Manuel Barros apresentou uma proposta de comparticipação na compra de medicamentos para os idosos que se encontrem em situação de comprovada carência económica. Uma ajuda que faria a diferença na vida destes, uma medida que não passaria, nesta primeira fase, de 30 mil euros, considerada, inclusive, por um dirigente do CDS local como *uma das medidas de maior alcance social pelo impacto directo que teria e pelo que representava*. Uma medida que os membros da maioria chumbaram com o argumento, surpresa das surpresas, de ser uma proposta populista e fora da competência da autarquia. Claro que gastar sensivelmente o mesmo, que os membros da maioria gastaram no ano passado em despesas com restaurantes e passeios, na ajuda aos nossos concidadãos mais velhos e necessitados só pode ser populista e demagógico, e fora das competências de uma Câmara que se arroga de ter os cofres cheios.

Esta maioria ficará para a história por estas decisões. Este presidente da Câmara será lembrado como o pior presidente da câmara dos 40 primeiros anos de democracia. Um presidente manietado, um presidente que governa de costas voltadas para os interesses e necessidades dos seus eleitos, de costas voltadas para os limianos.

Quanto a nós, membros eleitos da maior força da oposição, podem estar cientes que não desistiremos, continuaremos firmes na defesa de soluções para a nossa comunidade, na defesa de soluções para as necessidades dos limianos.

Os senhores foram eleitos por maioria absoluta, é verdade, mas tal facto, em democracia, não justifica a vossa arrogância para com a oposição e, mais importante que tudo, para com os vossos concidadãos. A verdade é que apesar de os Filisteus escarnarem de Israel durante 40 dias e de terem um gigante todo poderoso que todos receavam, acabaram derrotados por David, um pequeno, simples mas preparado e firme israelita.

O membro da Assembleia Municipal eleito pelo PSD



(Nuno de Matos)



PONTE DE LIMA
Um partido ao seu lado

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os membros eleitos do PPD/PSD abstêm-se na votação da “Prestação de Contas de 2014 e Inventário”, pelos motivos que passamos a referir:

Sendo os documentos de prestações de contas uma apresentação da concretização dos documentos previsionais e o inventário dos atos económicos, e/ou financeiros passados, servindo para controlar a gestão e a execução do orçamento, foi feita a comparação da execução orçamental com o Orçamento e os Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais do ano de 2014, constatando-se que a mesma foi a seguinte:

- a. Receitas correntes: 103,3%
- b. Receitas de capital: 45,2%
- c. Despesas correntes: 76,3%
- d. Despesa capital: 32,7%
- e. Plano plurianual de investimento: 33,2%
- f. Plano de atividades municipais: 49,39%.

Considerando que não concordamos com a continuação da política de criação de expectativas que depois vemos goradas. Não concordamos com este reiterado comportamento de não cumprimento dos documentos previsionais, também, subvertidos por um exagerado número de modificações aos documentos inicialmente apresentados.

Considerando que, apesar de se verificar uma diminuição das despesas correntes, no valor de 2.428.809€ (dois milhões quatrocentos e vinte e oito mil oitocentos e nove euros), em relação ao ano de 2013, deve-se ao facto de terem sido transferidas menos verbas para as Juntas de Freguesia, Associações Concelhias de Cultura, Desporto e Acção Social e Outras, ao invés do aumento no valor de 1.207.401€ (um milhão duzentos e sete mil e quatrocentos e um euro) das despesas correntes com a aquisição de bens e serviços.

Considerando que consta a existência de 4.319.376€ (quatro milhões trezentos e dezanove mil e trezentos e setenta e seis euros) de compromissos assumidos e não pagos.

Considerando que continua a ser necessária uma maior transferência de competências, através da celebração de protocolos, para as Juntas de Freguesia, com a correspondente compensação financeira, como forma de manter um desenvolvimento mais sustentável do Concelho.

Considerando que se torna necessário que essa transferência seja igual e proporcional por todas as



A

freguesias.

Considerando que a aquisição de bens de capital (obras) diminuiu 4.485.853€ (quatro milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e três euros) em relação ao ano de 2013, comparando-se com anos anteriores, então a diferença é muito superior.

Considerando que as transferências de capital, para as Juntas de Freguesia e Associações, também diminuiu num valor de 1.402.703€ (um milhão quatrocentos e dois mil e setecentos e três euros).

Considerando que os objectivos propostos na primeira revisão ao orçamento e opções do plano de 2014, a saber, saneamento, abastecimento de água e rede viária, no valor de 10.296.270€ (dez milhões duzentos e noventa e seis mil e duzentos e setenta euros) pouco ou nada foi levado a efeito.

Considerando o aumento da dívida a terceiros-curto prazo em relação ao ano de 2013 no montante de 2.552.974€ (dois milhões quinhentos e cinquenta e dois mil e novecentos e setenta e quatro euros), o que quase anula o tão propagado aumento do saldo de execução orçamental.

Considerando que dos 24 contratos de empreitada celebrados no ano de 2014, 19 foram feitos por ajuste direto e dos 31 de fornecimentos de bens e serviços 25, também o foram por ajuste direto.

Mediante essa análise não podemos de maneira nenhuma estar de acordo com a política seguida pela maioria CDS do Executivo Municipal, dado que:

- a) A gestão municipal não é feita de forma criteriosa e coerente, mais parecendo feita de forma amadora;
- b) Não são cumpridos os documentos previsionais apresentados, já que são subvertidos, através de um exagerado número de modificações aos documentos inicialmente apresentados, modificações essas, à excepção da revisão, que são feitas sem haver deliberação da Câmara Municipal ou tão pouco lhe ser dado conhecimento em sua reunião;
- c) A gestão municipal não passa de um criar de expectativas aquando a elaboração e apresentação dos documentos previsionais e da análise das contas verifica-se que a sua execução é exageradamente baixa;
- d) O Executivo Municipal continua a dar preferência em manter um saldo de gerência substancial, a executar obras que tão necessárias são para o desenvolvimento do Concelho e para a criação de emprego;
- e) A exagerada diminuição em despesas de capital/investimento/ transferências de capital e ao invés, ao aumento exagerado das despesas correntes com a aquisição de bens e serviços;
- f) Existência do recurso exagerado a concursos por ajuste direto em prejuízo do procedimento por concurso público;
- g) A inexistência de uma política concertada de atração do investimento privado, leva à não

promoção e ao não aumento do emprego no Concelho;

- h) Torna-se importante uma maior transferência de competências para as Juntas de Freguesia, com a celebração de protocolos e a correspondente compensação financeira, como forma de manter um desenvolvimento mais sustentável do Concelho.

Ponte de Lima, 24 de Abril de 2015

Os Membros Eleitos pelo PPD/PSD,

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, connected strokes. The signature is positioned below the text 'Os Membros Eleitos pelo PPD/PSD,'.



Assembleia Municipal de Ponte de Lima

Sessão Ordinária de 24 de Abril de 2015

Período da ordem do dia

B) Discussão e votação da "Prestação de contas do ano de 2014 e inventário"

Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

Como sempre temos dito a prestação de contas deveriam ter como objectivo reflectir a avaliação das opções políticas inscritas nos documentos previsionais do ano em questão, permitirem a apreciação da justeza das opções tomadas por quem gere o município, resulta que não é facilitada a apreciação política dessa actividade. Só essa comparação, feita de forma clara, nos possibilitaria apreciar se a filosofia que serviu de base à elaboração do Plano de Actividades do Município terá sido ou não seguida na sua execução.

O acesso prévio à documentação para análise e discussão nas sessões desta assembleia é cada vez mais limitado em espaço de tempo, pois só são facultados online praticamente no limite dos dois dias uteis antes da realização das reuniões

A prestação de contas, dado a importância e responsabilidade destes documentos, requer de espaço de tempo suficiente para uma análise profunda e criteriosa, o que não nos foi de todo facultado.

Dada a documentação para consulta e análise ter sido disponibilizada em tempo limitado não nos permite uma avaliação criteriosa e com rigor à prestação de contas do município referentes ao ano de 2014.

O Eleito da CDU

Sandra Margarida Fernandes



DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito do ponto “Proposta de Aprovação do Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas”, com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 – Desde logo, não foram facultadas cópias de todos os documentos, na esteira do respeito pelos direitos da oposição, considerando ainda o espaço temporal necessário para a completa análise de todo o conteúdo; não exijam em dois dias aquilo que estão a analisar há meses ou anos;

2 – A despeito disso, considerando que a nossa forma de estar implica a envolvimento de todos os agentes autárquicos na realização dum projecto em comum, entendemos que este tema, como acontece a maioria das vezes com outros, merecia uma maior divulgação e envolvimento da sociedade civil, com o escopo de melhorar as decisões em causa;

1

3 – Assim, também aqui se poderia aplicar o conceito de conselho de ideias. Trata-se de um projecto que todos os cidadãos limianos deveriam ser chamados a decidir na elaboração da melhor decisão. É muito pouco falar de discussão pública “legal”, até em tempos de “férias”;

4 – Considerando que a política de falta de hábito democrático continua, numa lógica de imposição e não de diálogo construtivo;

5 – Assim, no que concerne a este Plano de Urbanização, existem várias reservas para que a nossa decisão seja coerente com a realidade em causa, desde a eventual ausência de relatórios de ruído elaborados de 2 em 2 anos, ao abrigo do seu art.º 10.º, bem como o desconhecimento do conseqüente e necessário estudo de impacte ambiental.

6 – Considerando ainda a actual alteração do PDM de Ponte de Lima, entendemos que o mesmo Plano de Urbanização deveria estar integrado nesta alteração em decisão conjunta e final, bem como em conformidade com as ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) e Fundo Florestal Permanente, por exemplo.

7 – Na verdade, as “Pedras Finas”, dado o impacte ambiental, até estético e visual, para Ponte de Lima, a necessidade de tratamentos de lamas, a necessidade de recuperação paisagística dos montes abertos, rasgados, desfigurados, a necessidade de saúde pública para quem vive e trabalha nos locais em causa, exigem uma intervenção em defesa da dignidade da pessoa humana.

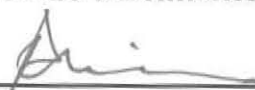
8 – Consideramos a necessidade de defesa do tecido empresarial e do emprego, mas sempre respeitando as pessoas e o território!

9 – Considerando que a nossa Vila de Ponte de Lima, com 890 anos de existência, nos merece o maior respeito pela história dos nossos antepassados, bem como na esteira do princípio da representatividade e do espírito democrático das nossas raízes.

Face ao expandido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, votamos contra.

Ponte de Lima, 24 de abril de 2015,

Os Deputados do Movimento 51,





DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito do ponto "discussão e votação da proposta de alteração do contrato interadministrativo de delegação de competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Refoios do Lima - Aprovação", com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 – Apesar da presente alteração consubstanciar a devida correcção dos quilómetros percorridos a favor da Junta de Freguesia, continuamos a não concordar com a política de transportes desta CM e entendemos que não existe uma rede municipal de transportes escolares eficaz e eficiente;

2 – Acresce ainda que, sendo os transportes escolares em causa uma competência da Câmara Municipal de Ponte de Lima, esta delegação continua a importar a transferência para as Juntas de Freguesia de responsabilidades decorrentes da Lei 13/2006, de 17 de Abril, que "oneram" excessivamente as mesmas, tanto mais que ainda não existirá a aprovação da presente alteração pela respectiva assembleia de freguesia, que deveria ser prévia e inicial deste procedimento, uma vez que o artigo 9.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, lhe confere essa prerrogativa: é da competência da assembleia de freguesia, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a junta de freguesia e a câmara municipal, bem como a respectiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação.

1

Face ao exposto, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, votamos contra.

Ponte de Lima, 24 de Abril de 2015,

Os Deputados do Movimento 51,